



**Crise alimentar e geopolítica dos alimentos:
regime neoliberal corporativo e o aprofundamento do projeto de
insegurança alimentar global no século XXI**

**Food crisis and food geopolitics:
the corporate neoliberal regime and the deepening of the global food
insecurity project in the 21st century**

Geraldo Inácio Martins * 

Resumo

Esse artigo explora as propostas da nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar, ou do papel dos alimentos como trunfo na configuração das relações de poder no século XXI. Para sustentar empiricamente a análise histórica e teórica, analisamos os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Atlas do Agronegócio. A partir disso, discutimos o processo histórico que deu origem à crise dos sistemas agroalimentares mundiais e as duas tendências da nova geopolítica dos alimentos: (1) uma que a trata como adendo da competição mundial por recursos; (2) outra que a trata como uma falha de mercado ou falta de tecnologia. Os dados sugerem correlação positiva entre a nova geopolítica dos alimentos e a insegurança alimentar, associada à dependência de importações dos países do Sul, à concentração da produção mundial em poucos países e o controle do comércio mundial restrito a poucas corporações. Conclui-se que questões como fome, obesidade e insegurança alimentar, bem como a apropriação de terras, a difusão da biotecnologia e o domínio corporativo dos sistemas agroalimentares mundiais são derivados da crise do regime alimentar neoliberal corporativo e devem influenciar as análises geopolíticas dos alimentos.

Palavras-chave: geopolítica; alimentos; corporações; crise; insegurança alimentar.

Abstract

This article explores the proposals of the new geopolitics of food and food insecurity, or the role of food as leverage in shaping power relations in the 21st century. To empirically support the historical and theoretical analysis, we analyze data from the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and the Agribusiness Atlas. From this, we discuss the historical process that led to the crisis in global agri-food systems and

* Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Igdema). Maceió - Brasil. E-mail: geraldo.martins@igdema.ufal.br

the two trends in the new geopolitics of food: (1) one that treats it as a supplement to global competition for resources; (2) another that views it as a market failure or lack of technology. The data suggest a positive correlation between the new geopolitics of food and food insecurity, associated with the dependence on imports from countries in the Global South, the concentration of global production in a few countries, and the control of global trade by a small number of corporations. It is concluded that issues such as hunger, obesity, and food insecurity, as well as land appropriation, the spread of biotechnology, and corporate dominance over global agri-food systems, derive from the crisis of the corporate neoliberal food regime and should influence geopolitical analyses of food.

Keywords: geopolitics; food; corporations; crisis; food insecurity.

Introdução

O choque dos preços dos alimentos que se estendeu ao longo das duas primeiras décadas do século XXI contribuiu para que as atenções se voltassem para a questão da segurança alimentar, mas também para os aspectos geopolíticos inerentes à produção, circulação e consumo de alimentos em escala mundial. Isto porque ficou claro que a segurança alimentar é uma ferramenta estratégica para evitar conflitos e manter a estabilidade política, mas também para barretar o trabalho e facilitar a acumulação de capital. Esse olhar mais pragmático ou realista que é chamado de “nova geopolítica dos alimentos e da segurança alimentar”.

Em geral, subjacente às ideias de uma nova geopolítica dos alimentos estão as teses neomalthusianas de que os desequilíbrios entre oferta e demanda por alimentos podem conduzir ao caos sociopolítico. Para Patel (2008), tais teses se baseiam em pilares constantes ao longo da história: os pobres são muitos e estão crescendo em número, e não há comida o suficiente para alimentar todos eles, mas, se eles passam fome, pode haver conflitos, que significam ameaças ao sistema de produção e acumulação dominante. A geopolítica dos alimentos, nesse caso, é o resultado da inelasticidade da oferta dos alimentos.

No entanto, desde a década de 1980, paralelo às teses neomalthusianas, encontram-se aquelas da defesa do livre mercado e da livre iniciativa, aliada à financeirização e à globalização da agricultura, que trata os alimentos mais como meio de acumulação de capital e poder do que um meio para suprir as necessidades alimentares da população mundial. Para esses, as crises alimentares são “pequenos” desvios que podem ser corrigidos por meio de soluções tecnológicas e baseadas no mercado. Portanto,

o problema não é externo ao sistema produtivo, mas interno a ele e se deve à falta de incremento de capital e tecnologia para aumentar a produtividade desse sistema (McMichael, 2016). Nesse caso, a geopolítica dos alimentos é sinônimo da necessidade de aumento da produção e produtividade, ambas mediadas e conduzidas pelo mercado.

Embora muitas análises tenham ganhado corpo ao longo da segunda década do século XXI, não houve um desenvolvimento teórico paralelo sobre a natureza da “nova geopolítica dos alimentos” e da insegurança alimentar. Há análises parciais ou isoladas, ou apenas a retomada de velhos temas, por exemplo, a necessidade do aumento da produtividade, o problema da população, etc. Nesse sentido, cabem algumas indagações: há uma geopolítica subjacente à produção, circulação e consumo de alimentos? Quais são os fundamentos dessa geopolítica dos alimentos? Quais indícios apontam para a existência de uma nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar?

Este artigo explora as propostas da nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar, ou do papel dos alimentos como trunfo na configuração das relações de poder no século XXI. Metodologicamente, para tal análise, focamos, sobretudo, na literatura que retrata a relação entre geopolítica e alimentos. Inicialmente levantamos as fontes históricas que abordam esse tema, especificamente na geografia, e, em um segundo momento, nas ciências humanas, em geral. A ideia subjacente a essa proposta é a contextualização histórica da geopolítica dos alimentos, procurando identificar os agentes e processos, bem como os desdobramentos históricos e políticos.

Em seguida, comparamos as características da geopolítica dos alimentos empreendida na segunda metade do século XX, baseada na produção de excedentes de alimentos, preços baixos e na utilização dos alimentos como mecanismo de controle das nações do sul global, com as propostas da “nova geopolítica dos alimentos”, cujas características básicas são escassez e preços altos dos alimentos, produção de biocombustíveis e controle corporativo da produção de alimentos. Para evidenciar o controle corporativa da produção de alimentos ou o regime alimentar corporativo global da nova geopolítica dos alimentos recorreremos aos dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO *et. al*, 2019; FAO 2004, 2014, 2022) e aos dados Atlas do Agronegócio (Santos; Glass, 2018).

Ao final deste artigo, esperamos ter demonstrado haver uma mudança básica na geopolítica dos alimentos no século XXI. Isto porque o artigo, além de demonstrar os fundamentos históricos da geopolítica dos alimentos, principalmente pela análise do regime alimentar corporativo neoliberal (McMichael, 2009; Otero, 2013), retrata o papel das corporações agroalimentares e da biotecnologia, a produção de um mercado mundial para a agricultura, mas também a ameaça da escassez de alimentos como fundamentos de uma nova geopolítica.

Alimentos e Geopolítica

A relação entre a geopolítica e os alimentos não é tão comum nos estudos de Geógrafos; no entanto, isso não quer dizer que estrategistas e politicólogos não tenham pensado nessa relação. Um dos primeiros a apontar a relação estratégica entre poder e alimentos foi H. Morgenthau, no livro “Políticas entre as Nações”, publicado, originalmente, em 1948. Para ele, “um país que seja autossuficiente, ou quase, em comida já conta com uma grande vantagem inicial”. Isso porque em situações de conflitos, a inanição é uma grande ameaça para aqueles que não podem produzir e sejam obrigados a importar alimentos. Por isso, a Alemanha durante as guerras mundiais, entre as suas estratégias, buscava conquistar grandes áreas produtoras de alimentos; no caso da Inglaterra, o processo é o inverso, pois havia “deficiência em alimentos produzidos domesticamente” (Morgenthau, 2003, p.220-221).

Nota-se que em Morgenthau (2003), a autossuficiência em alimentos é importante durante os conflitos, principalmente, para garantir que a população não padeça de fome e, ao mesmo tempo, obrigue as nações a desviar a energia para “objetivos primários”. Apesar desse olhar pragmático, as conclusões de Morgenthau ganha ampla capilaridade quando ele afirma que “autossuficiência em alimentos [...] constitui uma fonte de grande poder” e “que a escassez permanente de comida representa uma fonte de debilidade” política (Morgenthau, 2003, p.221).

Não há em Morgentahu (2003) uma tese da geopolítica dos alimentos, mas apenas a constatação realista de que os alimentos são fonte de poder e estabilidade; aliás, o autor trata da disponibilidade de alimentos como um elemento, entre vários outros, o petróleo, por exemplo, como constitutivo do poder nacional. Trata-se, pois, de uma preocupação

geral com os “recursos naturais” que devem figurar na elaboração de políticas de segurança nacional. Além disso, é preciso ponderar que tais elaborações teóricas se deram no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos buscavam domínio em “escala internacional e a produção de alimentos desempenhava uma função estratégica no plano concreto” (Borrell, 2013, p. 45).

Borrell (2013) documenta historicamente essa preocupação com a questão alimentar nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo, nas décadas de 1950-1960. Segundo ele, esse país não estava disposto a repetir o erro da Grã-Bretanha durante as guerras mundiais, quando a marinha alemã cortou 60% dos suprimentos importados. Com isso, surge uma estratégia dupla. De um lado, “a percepção biopolítica pragmática de políticas públicas em matéria de ingestão e boa alimentação por razões de estado”; por outro lado, “desenvolve-se a concepção da produção agroalimentar como instrumento de poder”. Nessas estratégias, a autossuficiência alimentar não é uma questão humanitária, mas de estratégias de guerra (Borrell, 2013, p. 45).

Essa preocupação geopolítica com alimentos se estende para grupos econômicos, por exemplo, o clã Rockefeller, que financiam, na década de 1940, os planos de mecanização e industrialização da agricultura mais tarde exportado para os países do Sul com fins de poder e segurança estratégica. Nesse sentido, ao referir-se às políticas dos Estados Unidos no contexto pós-guerra, Borrell (2013, p. 46) conclui que os sistemas de produção agroalimentar “[...] responde a interesses tantos econômicos quanto políticos, integrando setores privados e governamentais em uma estratégia comum de poder”.

Parte da política externa estadunidense consiste na exportação dos pacotes tecnológicos do *Consultative Group on International Agricultural Research* e da Fundação Rockefeller (mais tarde denominados pacotes da Revolução Verde). Além de oferecer oportunidades de negócios ao expandir o conglomerado do agronegócio e o modelo agroindustrial, isso também funcionava como um mecanismo de captura das nações receptoras, criando dependência tecnológica, de capital e, sobretudo, de mercado de exportação para o excedente de produção. Além disso, à medida que esse modelo de produção se consolida nos países do Sul, para os Estados Unidos significa um “controle efetivo dos meios de produção e comercialização agroalimentar em várias regiões do planeta” (Borrell, 2013, p. 46).

Ao tratar da Revolução Verde, Perkins (1997) analisa o desenvolvimento de variedades de trigo de alto rendimento, mas analisa como isso se situava na geopolítica da Guerra-Fria. O autor demonstra a estratégia geopolítica subjacente à venda dos pacotes tecnológicos aos países do Sul, e deixa em evidência como a agricultura, em geral, e os alimentos, em específico, foram “trunfos” geopolíticos durante a Guerra Fria, mas também como os alimentos figuraram como tema relevante entre intelectuais e filantropos. No entanto, essa abordagem oferece algumas evidências para questionar se há de fato uma geopolítica dos alimentos ou se os alimentos são apenas parte da prática geopolítica dos Estados. Isto é, se os alimentos são suficientes para configurar relações de poder por si ou se são parte de um jogo maior, um recurso de pressão e conquista.

Perkins (1997) apresenta outra característica do momento histórico e dos intelectuais envolvidos com o tema das políticas alimentares que sugere uma relação forte entre alimentos e geopolítica. Segundo ele, havia uma preocupação com “a superpopulação, a exaustão de recursos, a fome, a instabilidade política, a insurreição comunista e o perigo para os interesses vitais americanos”; ou, como prefere o autor, uma teoria da “população e segurança nacional” (Perkins, 1997, p.119). Se a superpopulação é causa do esgotamento dos recursos naturais, o melhoramento de plantas (a base do pacote tecnológico) tornava-se um remédio para fome “porque a ciência poderia aumentar e estabilizar os rendimentos” para alimentar a população em descontrole (Perkins, 1997, p.120).

É possível observar que subjacente a essa teoria da população e da segurança nacional há outras, por exemplo, uma perspectiva pragmática de ciência; uma teoria da população e dos recursos naturais e, principalmente, uma práxis para geopolítica mundial. Isso impacta profundamente os desdobramentos futuros, por orientar os programas de desenvolvimento econômico nos países do Sul, mas também na formação de instituições supranacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional). Não era uma forma nova de ver o mundo, mas uma maneira de vincular demografia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais “e o novo exercício de poder global que os Estados Unidos assumiram após o fim da guerra” (Perkins, 1997, p.121).

A segurança nacional dos Estados Unidos não se relaciona diretamente com a superpopulação nos confins da Ásia, África e América Latina. Borrell (2013), por exemplo, indaga como uma visão apocalíptica, repetidamente demonstrada como falsa, pode

influenciar a geopolítica daquele país. Até mesmo para os “realistas geopolíticos”, que regiam a geopolítica dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, estava claro que as populações dos países do Sul, incapazes de influenciar as decisões políticas domésticas, não representavam uma ameaça a uma superpotência militar. A partir disso, Borrell (2013, p. 52) conclui que tal geopolítica dos baseados nos alimentos é, na verdade, uma busca pelo poder, ou pelo controle global da “produção da matriz agroindustrial” e, ao mesmo tempo, uma tentativa de controlar o fluxo mundial de matérias-primas, “monopolizar os circuitos de produção e comercialização, ter acesso a maiores volumes de estoques agrícolas para uso comercial e diplomático”, cujo intuito final era aumentar a quantidade elementar de poder.

Trata-se, portanto, de um projeto de poder ou o geopolítico que trata a produção agroalimentar mundial como um meio, e não como um objetivo final. Apesar de ser um meio para o controle geopolítico, é preciso deixar claro as consequências desse projeto de poder nos sistemas agroalimentares, sobretudo, entre os países do Sul — desestruturação das agriculturas nacionais, dependência de importação de alimentos e pacote tecnológico, aumento das dívidas e reestruturação político econômica.

Para McMichael (2016, p.50-51), a estratégia das políticas agrícolas estadunidenses combinou uma agricultura intensiva em capital e dependente de hidrocarbonetos com uma política internacional de “desova dos excedentes agroindustriais” nos países do Sul. Essa política agrícola tem um denominador comum: alimentos a baixo custo. Para isso, o incremento técnico, por exemplo, o uso de fertilizantes à base de nitrogênio, aumento do consumo de combustíveis fósseis, criando fortes lações entre agricultura e o setor petrolífero, foi um instrumento importante. Tratou-se, como afirma Friedmann (2005), da consolidação da industrialização da agricultura; mas, como consequência, à subordinação da produção agrícola as corporações agroalimentares emergentes; uma segunda consequência foi o aumento exorbitante dos excedentes agrícolas internos.

No entanto, a efetividade dessa industrialização da agricultura e o aumento da produtividade dependia de uma reestruturação mais ampla em direção ao consumo de massa. Para isso, antes era preciso a “colonização da cultura” ou modificações nas dietas alimentares com substituição de alimentos in natura, ou tradicionais para alimentos processados, por exemplo, a substituição do açúcar pelo xarope de milho, dos óleos de

palma e gordura animal pelos óleos de milho e soja. Tratou-se, diz McMichael (2016, p. 56), da “transnacionalização da agricultura e do consumo de alimentos”, principalmente, quando tais alimentos processados foram vendidos para os países do sul, cuja consequência foi introduzir “dietas ao estilo norte-americano para outras culturas gastronômicas”.

Isso, porém, foi insuficiente para absorver os excedentes. A partir disso, duas ações políticas se concretizaram, ambas voltadas para os países do Sul. Uma primeira consistia em vender o excedente de alimentos a preços subsidiados e administrados para países pobres da América Latina, Ásia e África com a justificativa de “ajuda humanitária”. Segundo Friedmann (1993, p.35) “a ajuda permitiu que os EUA transformassem o problema dos estoques excedentes em oportunidade de buscar políticas estratégicas, de bem-estar e econômicas”. Mas, à medida que os países do Sul absorviam tais excedentes, na contramão, as agriculturas nacionais eram completamente desestruturadas, já que os produtos nacionais não conseguiam competir com aqueles importados. Com isso, países autossuficientes em alimentos tornaram-se dependentes de importação.

Para os países do Sul desenvolvimentistas, além dos alimentos subsidiados, exportaram-se também os pacotes tecnológicos com justificativa de desenvolvimento nacional e a ideia de “alimentar o mundo”. É o caso, por exemplo, de Brasil, México e Índia que importaram o modelo agroindustrial estadunidense e o aprofundaram-no. Porém, “à medida que o Terceiro Mundo buscava desenvolver economias nacionais, suas estratégias agrárias eram moldadas pelas oportunidades e limites dos mercados mundiais de alimentos” (Friedmann, 1993, p.35). Isso quer dizer que os Estados Unidos administravam os preços baratos, para garantir a aderência dos países pobres a matriz ideológica do livre-mercado e desenvolvimento, mas também o mercado de exportação.

No entanto, a adesão ao modelo agroindustrial de produção tornou-se uma medida de sobrevivência. De um lado, a dependência da importação de alimentos e, de outro, a queda das exportações de produtos tradicionais, como o açúcar, graças às substituições por produtos processados e mudanças nas dietas. Sem o que exportar e com balanças comerciais deficitárias, aderir à produção de *commodities* de produtos de climas temperados, soja, por exemplo, tornou-se a única opção para países como o Brasil. Portanto, observa-se uma dupla captura e uma dupla dependência; de mercados e

tecnologias agroindustriais. Tratou-se de uma estrutura geopoliticamente regulamentada de produção e consumo de alimentos.

Nesse caso, é preciso evidenciar que a oferta de alimentos a baixo custo e os pacotes tecnológicos trataram-se de uma práxis geopolítica, mas também de uma estratégia de acumulação, cuja base é o acesso aos mercados, aos estoques de recursos e à mão de obra. No caso, conforme McMichael (2016, p.26), é também uma forma de hegemonia agroalimentar porque “um Estado dominante representa[ou] seus interesses como os de Estados rivais e subordinados”. Para isso, utilizou uma moeda dominante, o dólar; amparou-se em pressupostos geopolíticos de desenvolvimento e combate à fome, mas também no livre mercado.

Esse modelo de desenvolvimento baseado na dependência da importação de alimentos e tecnologias, porém, sofreu um grande impacto entre 1972 e 1973 com os choques do petróleo e do preço dos alimentos. Os preços dos alimentos, como trigo e soja, por exemplo, triplicaram e os programas de ajuda alimentar pareceram menos vantajosos. Com a crise, as estratégias geopolíticas voltadas aos países do Sul gestadas no ambiente da Guerra Fria mudaram de forma, mas a dependência de importação de alimentos permaneceu, além de muitos desses países serem também dependentes da importação de petróleo. Com isso, “precisavam de créditos para pagar suas importações de petróleo” e alimentos (Patel, 2008, p. 93; Friedmann, 2005).

A fim de evitar a falência, mas também para manter às importações, a solução era recorrer a novos empréstimos. No entanto, o dinheiro já não fluía com a mesma intensidade e já não havia tantas fontes de créditos no mercado ou as exportações eram insuficientes para cobrir o déficit das balanças comerciais. Com isso, os países do Sul precisaram voltar para as únicas instituições disponíveis para tais empréstimos: as instituições financeiras internacionais — Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Os empréstimos eram disponibilizados desde que certas condições fossem atendidas. Isso significava, entre outras coisas, desvalorizar moedas, liberalizar o comércio, cortar subsidio aos agricultores, enfim, uma política de ajuste estrutural das contas públicas (Patel, 2008).

Com isso, mais uma vez os alimentos voltam a desempenhar um papel na geopolítica mundial, considerando que às dívidas nacionais deveriam ser pagas em dólar;

considerando que para tal era preciso exportar, tais países aumentaram as exportações dos produtos tradicionais (açúcar e café, por exemplo), mas esses sofriam de preços cronicamente baixos (Friedmann, 2005). Assim, muitos países voltaram para a produção de *commodities* com ampla aceitação e bons preços nos mercados do Norte, soja, milho e trigo, ou como prefere Patel (2008, p. 206) “tornou-se novamente mais lucrativo para os países do Sul Global, [...], cultivar alimentos para o Norte do que comida para si mesmos”. Paralelamente, os antigos instrumentos de comando e controle, são substituídos por “mecanismos mais novos e mais baratos de disciplina de mercado ‘autoimposta’”. Com a desregulamentação da economia, sem as tradicionais barreiras comerciais e com a moeda fluando livremente, amplos fundos territoriais tornam-se disponíveis nos países do Sul às corporações agroalimentares de produção e processamento.

Uma década de políticas de ajuste estrutural foi o suficiente para modificar a natureza do sistema agroalimentar mundial. Com isso, às economias nacionais e os sistemas agroalimentares dos países do Sul, agora, são controlados não pela importação de alimentos ou pacotes tecnológicos, mas pela ameaça da dívida e pela pressão das instituições supranacionais. Isso tem ampla repercussão sobre a agenda de combate à fome e insegurança alimentar à medida que as agriculturas domésticas se convertem em agricultura de exportação.

Esse novo regime corporativo neoliberal aprofunda as relações corporativas na agricultura, mas também no comércio de alimentos. As corporações e as instituições multilaterais tornam-se os novos atores sintagmáticos da produção alimentar. Portanto, esse regime é a base da nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar, como veremos na terceira parte deste artigo.

Corporações agroalimentares e o regime alimentar corporativo neoliberal

Friedmann e McMichael (1989) propõe o conceito de regime alimentar para compreender a economia política da produção, circulação e consumo de alimentos. Um regime alimentar caracteriza-se por um conjunto de regras e normas implícitas, mas também por instituições que regem a economia política global dos alimentos. Trata-se, portanto, de mecanismos políticos que colocam os alimentos como indispensáveis aos

processos de acumulação de capital. Um regime alimentar direciona onde, quando e como os alimentos são produzidos, mas também onde e como são consumidos e a que preço.

Segundo McMichael (2009), o terceiro regime nasce dos escombros da crise do fordismo e das economias nacionais. A crise forçou a burguesia a procurar novas formas de acumulação para além das fronteiras nacionais, sobretudo, nos países do Sul. Harvey (2005) já descreveu em detalhes os ajustes espaços-temporais que o capitalismo adota para manter os regimes de acumulação, tal como a expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio global ao incorporar os países do Sul ao circuito de *commodities*. Nesse sentido, o regime alimentar corporativo neoliberal é um projeto político global de expansão do capitalismo. Isso teve consequências geográficas importantes. Entre elas “deslocalização [...] da agricultura do Norte para o Sul” (McMichael, 2016, p. 73) dando origem aquilo que Friedmann (2005) chama de “novos países agrícolas” ou novos exportadores de *commodities*; além da consolidação do capital financeiro como agente hegemônico no processo de acumulação.

Embora haja certa continuidade histórica entre os regimes, McMichael (2009, p.285) chama à atenção para uma diferença fundamental, considerando que o princípio organizador do regime corporativo neoliberal “é o mercado, não o império ou o Estado, como nos regimes alimentares anteriores”. Otero (2013), porém, é mais cético quanto a relação entre Estado, mercado e corporações, tanto é que ele prefere o termo “neorregulação” em vez de desregulamentação. Para ele, os Estados continuam ativos, tal como nos regimes precedentes, mas eles agora assumem uma função distinta e sutil. Primeiro, porque o “mercado” não é uma abstração; segundo, porque o Estado continua ativo na promoção da regulação da agenda neoliberal. Mesmo que a ideologia neoliberal propagandeie que os Estados são desimportantes, eles continuam agindo quando estabelecem “regras mínimas do jogo do mercado”, ou quando legislam a favor das corporações agroalimentares sobre os direitos relativos à propriedade intelectual” (Otero, 2013, p. 56).

Além das mudanças do papel do Estado e das corporações agroalimentares, um segundo conjunto de mudanças caracterizam regime alimentar corporativo neoliberal. Trata-se dos preços dos alimentos (embora, como veremos no próximo item, a noção de alimentos baratos é errônea). Enquanto nos primeiros regimes alimentares os alimentos baratos eram uma condição fundamental para baixar salários, controlar a força de trabalho

e até serviam de instrumento na geopolítica mundial, McMichael (2009) aponta que essa condição mudou no terceiro regime alimentar.

Consideremos, para exemplificar tal argumento, os aumentos dos preços de 2008 que atingiram 24 milhões de pessoas na África Subsaariana, 41 milhões na Ásia do Pacífico, 4 milhões no norte da África e Oriente Médio e 6 milhões na América Latina e Caribe. Em outras palavras, o aumento dos preços afeta, sobretudo, aqueles países importadores natos de alimentos na Ásia e África. O resultado dessa crise foi 75 milhões de pessoas a mais entre as cifras dos famintos e 125 milhões de pessoas na pobreza (Bello, 2012, p.15).

O problema, porém, é mais profundo. Ao analisar os dados nominais dos Índices de Preços dos Alimentos da FAO (2014), observamos que os preços dos alimentos nos anos de 2011, 2012 e 2013 superaram aqueles praticados em 2008 (ano da crise global). Além disso, é possível observar que o último ano de alimentos a baixo custo foi 2004 (65,6 pontos). Desde então, na maioria dos anos, os preços ultrapassaram os 100 pontos, atingindo o valor máximo em 2022, com 144,7 pontos. Ou seja, quando comparamos os anos de 2004 e 2022, a diferença nos preços dos alimentos somam 114,7%.

Além da fome e subnutrição, essa desconexão entre a reprodução da força de trabalho e os preços dos alimentos têm mais consequências nefastas, especialmente para os países pobres. Isto porque, enquanto para um estadunidense pobre, os custos da alimentação respondem apenas por 16% do orçamento, para um indonésio e um vietnamita custam, respectivamente, 50% e 65%; para um nigeriano custa ainda mais, até 73% do orçamento (McMichael, 2009). Embora os preços sejam um indicador importante, a relação entre a reprodução da força de trabalho e os alimentos é mais profunda. Segundo McMichael (2009, p. 288), no “regime alimentar corporativo, os alimentos, em sua forma de preço, realizaram um tipo muito diferente de reprodução, ou seja, a reprodução ampliada de uma reserva de trabalho”.

O que isso quer dizer? É preciso considerar o longo processo de “acumulação por espoliação” que ocorre nos países do Sul desde a segunda metade do século XX (Harvey, 2005). Em outras palavras, à medida que a revolução verde e a modernização da agricultura se consolidavam, elas promoviam profunda reestruturação das agriculturas domésticas, principalmente a agricultura camponesa. Isto porque a modernização também significou concentração de terras e recursos. Com isso, os camponeses perderam terras

utilizadas na produção de alimentos, mas também houve redução dos postos de trabalho e uma massa de despossuídos migraram em direção às cidades.

O problema é que essas tendências se ampliam à escala global a partir da década de 1980, quando parte do complexo agroindustrial se desloca do Norte para o Sul do globo, aumentando ainda mais a concentração de produção e de terras, além das massas dos despossuídos. No entanto, como vimos na seção anterior, alimentos baratos era condição tanto para combater a “ameaça” comunista como manter os salários baixos e controlar a força de trabalho. A partir da década de 1990, já não há mais a ameaça comunista; aliado a deflação da renda dos trabalhadores devido às políticas neoliberais; além do desemprego e da precarização do trabalho, que aprofundam essas contradições.

Sem conseguir mercado e sem conseguir competir com as *commodities* e produtos processados das grandes corporações, a produção local, sobretudo, a camponesa se vê sem muitas opções. Consideremos, como exemplo, o caso da produção de milho doméstico no México (Otero, 2013; McMichael, 2005); o caso do café em Uganda e do trigo na Índia (Patel, 2008); consideremos também a pressão das grandes redes de supermercado sobre os produtores de hortifrúti no Brasil; outro caso exemplar desse processo é o Senegal, antes um produtor autossuficiente de arroz e que durante os choques dos preços, em 2008, importava 80% do que consome (Bello, 2012).

Uma reportagem publicada no *New York Times*, em 2007, a partir de uma avaliação do Banco Mundial sobre a agricultura africana resume bem as características do regime corporativo neoliberal, o legado problemático desse regime para o sistema agroalimentar mundial e, sobretudo, o intento dos proponentes desse regime em aprofundá-lo:

[...] Nos últimos anos, a produção de cereais na África Subsaariana foi menos da metade da produção do sul da Ásia e um terço da produção da América Latina, segundo a avaliação.

As políticas do banco [mundial] [...] pressionaram os governos africanos a cortar ou eliminar os subsídios aos fertilizantes, descontrolar os preços e privatizar, podem ter melhorado a disciplina fiscal, mas não tiveram grandes resultados na produção de alimentos, segundo a avaliação.

Esperava-se que os preços mais altos das colheitas incentivassem os agricultores a cultivar mais, enquanto a concorrência entre os comerciantes privados reduzia os custos de sementes e fertilizantes. Mas essas forças de mercado muitas vezes não funcionaram como esperado (Dugger, 2007, online).

Trata-se do reconhecimento do próprio Banco Mundial de que as políticas de ajuste e austeridade fiscal fracassaram porque tornaram a agricultura africana menos eficiente. Essa citação, porém, tem algumas premissas ocultas. A primeira delas diz respeito ao paradigma

produtivista que fica em evidência quando os analistas do Banco Mundial comparam a produção agrícola africana com outros continentes para se concluir que a baixa produtividade se deve a ineficiência dos agricultores ou ineficiência tecnológica. A segunda diz respeito ao tom cerimonioso com qual o mercado é tratado (“o mercado muitas vezes não funciona”). Para os analistas do Banco Mundial, os problemas são “pequenos desvios” que podem ser corrigidos através uma segunda onda da revolução verde baseada na biotecnologia.

Camponeses falidos na África e Ásia, sem-terra ou pressionados pelo agronegócio na América Latina representam, para instituições como Banco Mundial, os segmentos de trabalhadores “redundantes e descartáveis”, conforme Harvey (2016, p. 105). Mas, esses grupos precisam de meios para sobreviver, isto é, essa força de trabalho precarizada e mal paga precisa se reproduzir, mesmo com os alimentos caros e os salários em queda. Nesse sentido, as corporações agroalimentares assumem protagonismo, quando se propõe a resolver os problemas que elas próprias criam, por exemplo, com a promessa da biotecnologia para produzir mais para alimentar os famintos da África.

Mas, na prática, esses famintos são o mercado consumidor dos alimentos processados e ultraprocessados das corporações agroalimentares, por exemplo, a Nestlé e a Coca-Cola. Aliás, famintos, subnutridos e obesos são partes integrantes dessa equação que interliga cadeias produtivas que levam o alimento do campo à mesa ou da agroindústria à mesa, considerando que “as grandes corporações que nos vendem alimentos delimitam e restringem a maneira como comemos e a maneira como pensamos sobre os alimentos” (Patel, 2008, p.40).

Alguns dados contribuem com a argumentação precedente, por exemplo, aqueles do Relatório da FAO (2004), mesmo ano que se inicia a inflação global dos alimentos. Segundo tal relatório, em geral, o comércio internacional de produtos agrícolas cresceu, mas a natureza desse comércio modificou-se substancialmente. Os países do Sul, antes autossuficientes em produção de alimentos, foram os responsáveis pelo crescimento de 115% das importações na série temporal 1971–2001. No mesmo período, o crescimento das importações entre os países desenvolvidos foi de 40%. Em outras palavras, a taxa de importação dos países do Sul é 70% superior àquela dos países desenvolvidos (FAO, 2004, p. 13). Além disso, chama à atenção a natureza dessas importações, 60% concentraram em produtos processados (FAO, 2004, p. 14). A partir de 2008, porém, essas tendências estagnaram tanto pelo choque dos preços

quanto pelas restrições à exportação imposta por alguns governos, o Egito, por exemplo; mas, principalmente, pela questão da renda doméstica — quanto menor a renda, menor as taxas de importação de alimentos (FAO, 2022, p. 10).

Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), mundialmente, apenas 4 empresas, Archer Daniels, Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, controlam 70% do comércio mundial de *commodities* e as cinquenta maiores fabricantes de alimentos controlam 50% do mercado. No Brasil, dois grupos controlam as exportações: a ABCD com 37% e a *trade* estatal chinesa, Cofco, com 45% (Santos; Glass, 2018, p.28). Além disso, o Brasil é um dos países onde o monopólio das corporações agroalimentares é mais evidente, considerando que entre “60 e 70%” das compras familiares são produzidos por apenas dez corporações agroalimentares, como a Nestlé, Gamble e Coca-Cola (Santos; Glass 2018, p. 30). No comércio de carnes, observa-se o mesmo monopólio, pois 70% do comércio mundial de carnes está sob o controle de poucas regiões produtoras (Brasil, Estados Unidos e União Europeia) e apenas três empresas (JBS, Tyson, BRF) (Santos; Glass, 2018, p. 33).

A base das corporações agroalimentares é a transformação dos “alimentos em química” para gerar dinheiro. Por isso, índices de produtividade, tal como apresentados por Vieira *et. al* (2019) para demonstrar o papel estratégico do Brasil na geopolítica dos alimentos, esclarecem pouco a natureza do problema. Na prática, pouco importa se quase 1 bilhão de pessoas sofram de fome ou subnutrição e outras 2 bilhões sofram de doenças diretamente relacionado ao excesso de açúcar e alimentos processados – diabetes e obesidade – desde que às condições de acumulação esteja em funcionamento (Loris, 2022, p. 9).

Nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar

Com este item visamos responder à pergunta: quais indícios apontam para a existência de uma nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar? Para isso, abordamos os dois argumentos majoritários sobre a nova geopolítica dos alimentos. Um trata a nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar como o aprofundamento da competição global por recursos, tal como Borrell (2013, 2020) e Brown (2012). Um segundo tendência defende que as crises alimentares se referem mais às falhas do mercado e à falta de tecnologia, portanto, um problema de produtividade e expansão produtiva (Collier, 2008).

Quando se trata de competição sobre os recursos naturais, conforme Borrell (2020), há duas tendências predominantes. Uma liberal, cuja característica básica é defesa do mercado autorregulador, ou de integração benéfica e cooperativa entre os agentes em competição. Outra realista, embora possa haver cooperação na relação entre dois agentes, o princípio básico competição, cuja intenção é aumentar o estoque de poder de um em detrimento do outro. Nesse caso, a disputa é essencialmente em torno da distribuição de poder. Nesse sentido, à medida que há a expansão do sistema econômico mundial, há aumento da competitividade e até um aumento dos riscos de conflito. Até o mercado é um campo em disputa no qual os Estados podem intervir, bloquear, subsidiar, etc. a fim de alterar as regras a seu favor (Borrell, 2020).

Disso derivam noções de competição por recursos, considerando, tal como argumenta Morgenthau (2003), que eles são, estrategicamente, indispensáveis para a segurança dos Estados-nação. O petróleo é um bom exemplo de recurso estratégico, mas pode-se incluir a água, terra, biodiversidade e alimentos. À medida que aumenta a competição político-econômica global, sobretudo pela inclusão de alguns países do Sul nessa dinâmica, aumenta também a competição por recursos naturais. A compra de terras férteis na África e América Latina por alguns países como Catar e Arábia Saudita é um indicativo desse processo. Os alimentos, como recurso estratégico, entram nessas dinâmicas competitivas já que são objetos de interesse tanto das corporações quanto dos Estados-nações (Borrell, 2020).

A segurança energética ainda é a base da geopolítica dos recursos, argumenta Borrell (2013), mas as mudanças climáticas, principalmente, tendem a tornar os alimentos, num futuro próximo, o recurso mais valioso de todos. A partir disso, ele conclui, que o tema da geopolítica e alimentos é derivado da competição internacional por recursos naturais. A geopolítica dos alimentos, portanto, é uma dinâmica de apropriação, monopolização e controle das cadeias de produção alimentar enquanto recurso estratégico das relações de poder.

É preciso deixar claro que Borrell (2013, 2020) não se vale do crescimento populacional e nem do aquecimento global como elemento explicativo para a competição por recursos. A escassez e as crises dos alimentos são politicamente produzidas quando atores hegemônicos (Estados, principalmente) controlam as cadeias produtivas a fim de

garantir posicionamento estratégico, cuja finalidade é o domínio de outros povos e Estados. Apesar de corroborar com a teoria da competição por recursos, Brown (2012) chama à atenção para a população e as mudanças climáticas como atores-chave da nova geopolítica dos alimentos.

Lester R. Brown é um ambientalista preocupado com as mudanças climáticas e suas consequências para humanidade. Desde da década de 1970, ele vem correlacionando o crescimento populacional com degradação do solo, escassez de água e fomes endêmicas. Mas, a tese de que a escassez de alimentos pode causar a desintegração da sociedade só aparece em artigo publicado na revista *Scientific American*, em 2009. Segundo ele, ao estudar as tendências globais e as interações entre agricultura e meio ambiente, economia e população, bem como, os efeitos combinados entre elas e as tensões políticas que engendram, não se pode negar que os indícios apontam para “o colapso de governos e sociedades” (Brown, 2009, p. 50).

Para sustentar tal tese, ela utiliza algumas evidências. A primeira delas é o aumento dos preços dos alimentos que empurram os países pobres para o caos, mas também o crescimento populacional contínuo. Em segundo lugar, os “estados fracos, em falência ou falidos”, por exemplo, Somália, Zimbábue, Sudão, Chade e República Democrática do Congo, que tem governos nacionais incapazes de oferecer segurança pessoal e alimentar, serviços básicos como educação e saúde, mas são exportadores de refugiados, armas, doenças e drogas. Por fim, a escassez de água, perda de solos agricultáveis e aumentos das temperaturas devido ao aquecimento global.

No entanto, é somente em um artigo publicado na revista *Foreign Policy* (2011) que Brown (2011, *online*), ao analisar os mesmos temas, propõe uma geopolítica da escassez ou nova geopolítica dos alimentos. Segundo ele, “a alta dos preços que assistimos até agora é um incômodo, não uma calamidade”. No entanto, ela serviu para tornar os alimentos “um condutor oculto da política mundial”. O aumento dos preços tem causa definidas, por exemplo, demanda de grãos para alimentar a população mundial e a quebra de safras, esgotamento de terras e escassez de água. A nova geopolítica surge quando essas tendências se tornam normas, e o excedente de alimentos se converte em escassez.

Em resumo, para Brown (2011, *online*), a produção e o aumento da produtividade agrícola tornam-se limitada pelo esgotamento do solo, escassez de água e o aumento da

temperatura; porém, no polo oposto, o crescimento populacional aumento a demanda por grãos. Isso reposiciona os países no xadrez geopolítico global, cuja “capacidade de cultivar alimentos está rapidamente se tornando uma alavancagem geopolítica”. Nesse sentido, “os alimentos são o novo petróleo” e a “terra é o novo ouro” das estratégias geopolíticas (Brown, 2012, *kindle*). A escassez de alimentos força políticas negativas, por exemplo, quando os países exportadores de trigo, Rússia e Argentina, principalmente, limitaram as exportações para conter os aumentos de preços domésticos. A consequência desses processos é “a deterioração da segurança alimentar mundial”, que induz “uma perigosa geopolítica de escassez de alimentos” (Brown, 2009a, p.30).

Brown (2009) é muito eficiente em demonstrar os fundamentos geocológicos da nova geopolítica dos alimentos. Ela é, antes de tudo, resultado da exploração exaustiva dos recursos, que cria limitações para o crescimento contínuo da produção agrícola. Mas, ele é condescendente em identificar quem são os agentes subjacentes a esse processo; ele não consegue nomear claramente a revolução verde e o modelo produtivista derivado como o responsável pelo desastre ecológico que se segue à produção agrícola. Na verdade, ele até esboça uma crítica ao mercado. Por exemplo, quando diz que o mercado não aloca os recursos eficientemente, que não respeita os “limites dos montantes sustentáveis nos sistemas naturais”, ou quando afirma que o mercado não demonstra “preocupação com as gerações futuras. Não incorpora nos preços dos bens os custos indiretos de produção” (Brown, 2009a, p.38). No entanto, esse mercado é um agente abstrato, sem rosto e sem nome.

Uma segunda crítica a Brown (2009a, 2011, 2012) refere-se as teorias populacionais que sustentam a teoria da nova geopolítica. Segundo o autor, a cada ano inclui-se 79 milhões de novas pessoas a população mundial e, ao mesmo tempo, 3 bilhões procuram melhorar a alimentação com a ingestão de proteína animal derivada de animais criados pelo uso intensivo de grãos. Trata-se, essencialmente, do crescimento populacional e da demanda nos países do Sul, que melhoraram a renda e passaram a consumir mais. Esse consumo “excedente” afeta a demanda, mas também a escassez tanto de recursos produtivos quanto de alimentos. Mas, em nenhum momento, Brown (2009a) questiona os padrões de consumo de alimentos, dos recursos e dos combustíveis fósseis dos países do Norte. Parece que a nova geopolítica dos alimentos é, tal como propõe o autor, o resultado

das ações dos países do Sul com consequências para os Estados e populações mais pobres desses países (disso, aliás, deriva a ideia de “estado falido” e “nacionalismo alimentar”).

Uma crítica geral à geopolítica dos alimentos sustentada a partir da teoria da competição por recursos é que ela é estado-centrada. Em outras palavras, tanto Borrell (2020) quanto Brown (2012) defendem o Estado como agentes da geopolítica dos alimentos. Isso se deve a uma concepção de geopolítica mais tradicional. Embora Brown (2012) chame à atenção para o fato de Arabia Saudita, Catar e Coréia do Sul estejam adquirindo terras na África, Ásia e América Latina; ele não menciona o papel dos fundos de pensão, nem dos Fundos de Investimentos em Cadeias Agroindustriais (Fiagros), nem das corporações e bancos nesse processo. Do mesmo modo, embora Borrell (2020) destaque o papel estratégico da biotecnologia e das corporações na nova geopolítica; ele é evasivo quando se trata de mencionar de outros agentes hegemônicos, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, por exemplo.

O ponto a ser enfatizado aqui não é que devemos desviar das atividades dos Estados em direção às corporações, enfatizando a atividade política interempresarial. No entanto, não se pode esquecer que as corporações, fundos de pensões, instituições multilaterais e especuladores na bolsa de valores têm um projeto político e econômico que procura hegemonia. Aliás, como demonstra Friedmann (2005), as corporações sempre minaram as regulamentações estatais, tal como fizeram em relação ao bloqueio de comércio de grãos entre Estados Unidos e Rússia na década de 1970. Outro bom exemplo é o papel do Instituto de Negociações Comerciais Internacionais (ICONE), uma associação do agronegócio brasileiro que subsidiou e influenciou a burocracia estatal nas disputas comerciais na OMC. Portanto, a nova geopolítica dos alimentos precisa considerar tais agentes como detentores de poder, até porque, tal como defende Patel (2008), “a segunda Revolução Verde é liderada pelo setor privado, com os governos atuando mais como facilitadores”. Podemos extrapolar esse argumento para a nova geopolítica dos alimentos.

Se a abordagem da competição por recursos foca nos Estados, uma segunda tendência foca no papel do mercado. Collier (2008), um ex-analista do Banco Mundial, é o grande exemplo dessa tendência. Nesse sentido, “a causa principal dos altos preços dos alimentos é o espetacular crescimento econômico da Ásia” (Collier, 2008, p. 68). Porém, ele vai além, e aponta que a crise dos alimentos se deve a três fatores estruturais básicos.

O primeiro deles diz respeito à conversão de terras cultivadas para produção de milho e cana-de-açúcar para a produção de biocombustíveis; por isso, a necessidade de findar os subsídios para este setor; em segundo lugar, a proibição dos organismos geneticamente modificados. Mas, a razão mais elementar é à incapacidade dos governos dos países do Sul, sobretudo na África, em promover uma agricultura comercial, conforme o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Em outras palavras, o aumento a crise dos alimentos se deve a um sistema de produção baseado em pequenas propriedades e preocupadas com autorreprodução, mas ineficazes tanto no emprego de tecnologias quanto nos índices de produtividade. Para “alimentar o mundo”, diz ele, é preciso “mais agricultura comercial, não menos”. Para isso, “o modelo brasileiro de grandes fazendas de alta produtividade poderia ser prontamente estendido as áreas onde a terra é subutilizada” (Collier, 2008, p. 58). E conclui dizendo que “a agricultura comercial é a melhor maneira de tornar a inovação mais rápida e fácil” (Collier, 2008, p. 72).

A proposta de Collier enquadra-se naquilo que Patel (2008) chama de longa “revolução verde” ou nova “revolução verde” baseada na biotecnologia e gerenciada por grandes corporações. Isso pode ser observado no segundo motivo que Collier (2008) elenca para explicar a crise dos alimentos – a proibição, principalmente, na União Europeia de organismos geneticamente modificados. Segundo ele, ao contrário do que propõe os “românticos”, “o mundo precisa de mais ciência: a proibição europeia [...] de culturas geneticamente modificadas (GM) diminui o ritmo de crescimento da produtividade agrícola em face do crescimento acelerado da demanda” (Collier, 2008, p. 58).

O declínio da agricultura africana a partir da década de 1970 é o principal indício, diz Collier (2008), de que o romantismo político fracassou. Por isso, este continente não pode fechar-se à biotecnologia, já que outros modelos produtivos testados fracassaram e outros, como a produção orgânica, por exemplo, são um luxo. Evidentemente, que as questões do uso inadequado dos recursos e o crescimento populacional são parte dessa abordagem, mas são temas secundários, acidentais. Além disso, o autor não trata de temas como acesso desigual aos alimentos, o monopólio corporativo da produção e da terra, sementes e créditos e nem da cooptação dos sistemas agroalimentares por especuladores. Faltam-se alimentos ou

porque a produção foi desvirtuada para produção de agrocombustíveis ou porque o modelo produtivo é ineficiente porque carente de capital e tecnologia.

O argumento de que a agricultura africana é ineficiente porque é carente de tecnologia e capital desconsidera os efeitos do colonialismo, conflitos internos e, principalmente, o papel dos alimentos subsidiados introduzidos na África com o nome de “ajuda humanitária”. Trata-se, como defendem Sommerville, Essex e Le Billon (2014, p. 242), de “narrativas dominantes” que buscam pressionar governos para que a solução da insegurança alimentar se baseie em tecnologia e livre mercado. Para tal narrativa, é urgente aumentar a produtividade agrícola pela introdução de uma nova revolução verde com investimentos “maciços direcionados para a produção agrícola e pesquisa nos países em desenvolvimento”.

Há alguns pressupostos implícitos nessas narrativas. Em primeiro lugar, está a ideia de um centro difusor (Norte) e outro acolhedor (Sul) de tecnologias. Logo, as relações de poder continuam intactas, já que quem controla a tecnologia produtiva controla a produção e o produtor. Em outras palavras, mesmo que não haja o domínio do território diretamente, há um domínio indireto por meio do controle corporativo do conhecimento biotecnológico. Em segundo lugar, há a despolitização da insegurança alimentar porque tratada como questão de falta de oferta no mercado. Em terceiro lugar, “contribui para a reprodução de um paradigma político agroalimentar” que se baseia na ideia do realismo político, em que os Estados-nação competem por poder e influência global (Sommerville; Essex; Le Billon, 2014, p. 243).

A partir do realismo político e das premissas neoliberais, a insegurança alimentar é imaginada “como elemento de risco e cálculo político”. Além disso, “a fome é vista não apenas como uma força politicamente revolucionária, mas também como uma fonte de problemas secundários, como doenças, terrorismo, drogas ilícitas e refugiados” (Sommerville; Essex; Le Billon, 2014, p. 242–243). Com isso, retomam-se as ideias de “segurança nacional” da Guerra Fria, considerando que os famintos representam perigo não apenas nos países nos quais residem, mas para a segurança de outros países, já que fome significa também refugiados.

No entanto, as crises alimentares representam uma ruptura na ordem dominante e nas práticas neoliberais estabelecidas. Por isso, são necessárias novas lentes interpretativas

a fim de analisar as causas dessa ruptura e, ao mesmo tempo, imaginar futuros possíveis, argumentam Sommerville, Essex e Le Billon (2014), fazendo eco à abordagem de Josué de Castro. Uma geopolítica dos alimentos que não reproduza o paradigma dominante, e que seja crítica e clarividente. Para isso, eles propõem quatro temas que devem ser desvelados: apropriação global de terras; o papel dos Estados na “governança” da segurança alimentar; securitização e geopolítica das mudanças ecológicas.

Essa agenda de pesquisa já foi amplamente explorada por outros autores. Por exemplo, “apropriação global de terras” (Borras Jr. *et al.*, 2011); fome e obesidade (Patel, 2008); geopolítica das crises ecológicas (Brown, 2012). Por isso, na parte final desse item apontamos algumas questões que merecem aprofundamento pela ótica da geopolítica dos alimentos.

Em primeiro lugar, é preciso incluir a nova geopolítica dos alimentos naquilo que McMichael (2016) chama de geopolítica do eixo Norte-Sul do regime corporativo neoliberal, que revive características do período colonial e recria um centro fornecedor de matérias-primas, força de trabalho e alimentos. Esse processo tem dimensões materiais, a degradação ambiental do agronegócio exportador, por exemplo, e ideológicas, considerando que legitima o acesso global aos fundos territoriais estratégicos para o desenvolvimento dos países do Sul. No entanto, nessa nova fase de captura de terras e recursos, há a presença de um Estado neorregulador, que facilita e incentiva tal processo em detrimento dos interesses das populações locais e da soberania nacional e alimentar, mas também a cooperação das elites locais com o capital financeiro.

Essa relação de dependência Norte-Sul pode ser caracterizada como transferência geográfica de valor. Um exemplo citado no livro “O valor do Nada”, de Raj Patel, é paradigmático para explicar essa transferência geográfica de valor da geopolítica predatória que impera no regime corporativo neoliberal. Segundo ele, um grupo de cientistas indianos, que estudaram a relação entre preços e valor, concluíram que um hambúrguer vendido a quatro dólares em Nova York tem custo real de 200 dólares. Isto porque no preço final não está incluído os custos com a água gasta na criação de bovinos, a perda de fertilidade da terra, da biodiversidade, menos ainda a poluição do ar e rios e as doenças respiratórias e contaminação por agrotóxicos.

A soja brasileira é outro exemplo representativo dessa transferência de valor. Para atender a demanda dos importadores, o agronegócio expandiu as plantações em direção às fronteiras agrícolas do Centro-Oeste. Mas, os custos ambientais e humanos dessa expansão são enormes, mas não estão incluídos no preço da soja consumida por japoneses, chineses e europeus. No entanto, o fato de as externalidades não serem incluídas no preço da soja não significa que os custos da produção não sejam socializados. Degradação e contaminação das fontes de água, erosão e perda de terra fértil, eventos climáticos extremos, inflação dos alimentos no mercado externo, fome, subnutrição, etc. são resultados da socialização dos custos da produção de *commodities*.

Ao consumir os grãos e carnes produzidos nos países do Sul, os europeus, principalmente, consomem a base de recursos indispensáveis à alimentação e desenvolvimento dos países produtores. Por isso, a ideia de alimentos baratos é falsa; a produção alimentar tem alto custo, embora quem pague por ela seja as nações exportadoras. Isso, porém, tem consequências ecológicas a longo prazo, entre elas, está a incapacidade de produzir no futuro. Patel (2010), cita os exemplos do Norte da China e da região de Punjabi na Índia, que após anos de usos predatórios dos recursos, viram a produção líquida de alimentos decair, os aquíferos diminuir criticamente, além da contaminação ambiental e a propagação de doenças. Para os países do Norte, nessa geopolítica não há uma relação de ganho nulo, tal como propõem os realistas, mas uma relação de ganha-ganha – alimentos baratos sem enfrentar as consequências ambientais e sociais da produção.

Nesse sentido, o que é a nova geopolítica dos alimentos? Para responder essa questão, é preciso retomar a tese seminal de Josué de Castro. Ele foi o primeiro a correlacionar geopolítica, alimentos e fome. No prefácio à primeira edição do livro *Geopolítica da Fome*, Castro (1953, p.27), afirma que a geopolítica revela que as “diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos”, isto é, ela não deve ser pensada como uma entidade abstrata que paira sobre a humanidade. Isso porque a fome, por exemplo, tem mais relação com a distribuição desigual dos alimentos do que com a produção, portanto, são escolhas político-econômicas; escolhas que condenam nações e povos inteiros à fome.

A partir disso, Castro (1953, p. 28) deriva duas conclusões importantes. Primeiro, a geopolítica é “um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial [...]”. Por isso, ele trata a geopolítica não como uma competição ou luta entre Estados, mas como uma lente que permite interpretar a dimensão política do espaço geográfico. Entre os fenômenos políticos, conclui o autor, poucos interferem tão profundamente no funcionamento de uma sociedade “como a trágica necessidade de comer”. É exatamente essa acurácia analítica que falta em muitos analistas da geopolítica dos alimentos, porque a geopolítica ou se resume a competição entre Estados (Borrel, 2013; Brown, 2011, Perkins, 1997); ou é um conjunto de relações políticas à escala global (McMichael, 2016); ou, é confundida com estratégia, cujo raciocínio é vencer o adversário (Brown, 2011).

À luz de Josué de Castro, a nova geopolítica dos alimentos baseada no regime corporativo neoliberal, mas também nas ameaças de escassez e volatilidade dos preços, é um campo analítico ainda em construção, que visa identificar e analisar as novas relações e agentes de poder que controlam e dominam as cadeias de produção agroalimentar, promovendo a insegurança alimentar e a fome como projeto político. Entre esses agentes estão as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e a OMC, e o papel decisivo delas em regular o acesso ao alimento conforme a ideologia neoliberal do livre-mercado. Além disso, é preciso destacar o papel renovado do Estado, mais a serviço dos interesses corporativos do que do interesse das populações nacionais e da soberania alimentar e nacional.

Em conclusão, a nova geopolítica dos alimentos existe à medida que há um campo em disputa – os alimentos. De um lado, as corporações agroalimentares e fundos de pensão que desejam lucros mais altos; de outro, milhões de pessoas submetidas à fome ou à subnutrição, mas também a obesidade. Com isso, obviamente, há um conjunto de tensões sociais e conflitos. Há uma nova geopolítica dos alimentos porque “os elos da corrente que liga o campo ao prato” concentram-se em “pouquíssimas mãos”. Existe uma geopolítica dos alimentos porque “o sistema de produção de alimentos é um campo de batalha, embora poucas pessoas tenham tomado conhecimento do número de vítimas”, tal como preconiza Patel (2008, p.15)

Considerações finais

Ao iniciarmos esse artigo, a intenção era de explorar três questões sobre as propostas da nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar que surgiram a partir dos choques dos preços dos alimentos nas duas primeiras décadas do século XXI. Há uma geopolítica subjacente à produção, circulação e consumo de alimentos? Quais são os fundamentos dessa geopolítica dos alimentos? Quais indícios apontam para a existência de uma nova geopolítica dos alimentos e da insegurança alimentar?

Primeiramente, apontamos que duas questões fundamentais – segurança nacional e níveis populacionais – levaram, primeiramente, fundações filantrópicas, a Fundação Rockefeller, por exemplo, e depois o governo dos EUA, a transferir os excedentes a preço administrados e subsidiados para alguns países do Sul e para outros pactos tecnológicos de apoio a modernização da agricultura. No entanto, questões sobre a distribuição de riqueza e poder, questões sobre por que as pessoas passavam fome ou por que os suprimentos alimentares eram inadequados, não foram sequer cotejadas. Ao ignorar os problemas mais relevantes, estabeleceram uma relação simplista entre população e segurança nacional, no qual a fome conduzia necessariamente a instabilidade política, que por sua vez induziria a subversão comunista.

Em seguida, exploramos a ideia de regime corporativo neoliberal e surgimento de novas forças políticas – as corporações agroalimentares – no campo da geopolítica dos alimentos. Além disso, demonstramos que ao lado do Estado-nação, atualmente, as corporações são atores sintagmáticos, isto é, tem um projeto político de acumulação e hegemonia mundial. Elas controlam a cadeia produtiva, à montante e à jusante; controlam o que, onde e como os alimentos devem ser produzidos e consumidos.

Em um terceiro momento, exploramos a ideia de que a proliferação de estudos relativos à insegurança alimentar e geopolítica dos alimentos demonstra a importância do tema no século XXI. Por um lado, porém, muitos desses estudos retomam velhas questões, por exemplo, correlacionando a nova fase de insegurança alimentar a males familiares, como o crescimento da população, esgotamento e a competição por recursos. Por outro lado, poucos são os estudos que correlacionam a nova geopolítica da insegurança alimentar à crise do modelo produtivo imposto (regime corporativo neoliberal) e ao aprofundamento das desigualdades globais.

Para além do olhar pragmático ou realista da competição por recursos e/ou do livre mercado, defendemos a geopolítica como uma lente interpretativa que visa compreender as manifestações da crise dos alimentos, tais como a questão da obesidade, subnutrição e fome; a dependência de importação ou exportação de alimentos; e os novos mecanismos de pilhagem (de conhecimento, biodiversidade, terras, águas).

Referências

- BELLO, Walden. **Food wars: crisis alimentaria y políticas de ajuste estructural**. Tradução de Ambar Sewell. Barcelona: Virus Editorial, 2012.
- BORRAS JR., Saturnino M., HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011. Disponível em: http://www.shus.unimi.it/wp-content/uploads/2012/01/jpeasantst_032011d.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.
- BORRELL, Juan José. Alimentos y poder: relaciones para una aproximación teórica desde el realismo. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.44-62, 2013.
- BORRELL, Juan José. Geopolítica de los recursos naturales y conflicto: perspectivas geoculturales, fundamentos teóricos y conceptos. **La Revista de la Escuela Superior de Guerra**, Buenos Aires, ano 98, p.9-45, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://cefadigital.edu.ar/handle/1847939/1613>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- BROWN, Lester R. Could food shortages bring down civilization? **Scientific American**, v. 300, n.5, p. 50-70, may, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0509-50>
- BROWN, Lester R. **Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização**. Tradução de Cibelle Battistini do Nascimento. São Paulo: New Content Editora e Produtora, 2009a.
- BROWN, Lester R. The new geopolitics of food. **Foreign Policy**, abr. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/04/25/the-new-geopolitics-of-food/>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- BROWN, Lester R. **Full planet, empty plates: the new geopolitics of food scarcity**. New York: W.W. Norton & Company, 2012.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 2. Ed. São Paulo: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1953.
- COLLIER, Paul. The Politics of hunger: how illusion and greed fan the food crisis. **Foreign Affairs**, n.6. v.87, p.67-79, nov. /dez, 2008.

DUGGER, Celia W. **World Bank Neglects African Farming, Study Says**. Nova York: New York Times, out. 2007. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2007/10/15/world/africa/15worldbank.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Agricultural Commodity Markets**. Rome: FAO, 2004. Disponível em:

<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/17b6a372-9ad2-45e2-bad3-0c5a9c1a6de0/content>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Índices de Preços Nominais**. Rome: FAO, 2014. Disponível em:

<https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/es/>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations; IFAD - International Fund for Agricultural Development; UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund; WFP - World Food Programme; WHO - World Health Organization. **The state of food security and nutrition in the world 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Rome: FAO, 2019.

FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of agricultural commodity markets: the geography of food and agricultural trade: policy approaches for sustainable development**. Rome: FAO, 2022.

FERNANDES, Marisa. El conocimiento geopolítico de José Marini e a geopolítica clássica revisitada: o conceito de geopolítica, o seu objeto e método de estudo. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 136, p.277-299, 2013.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 2, n. 29, p. 93–117, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**, New York, v. 197, n. 1, p.29-57, 1993.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the empire: the pathologies of globalized agriculture. **Socialist Register**, v. 41, p. 124-143, 2005. Disponível em:

<https://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/442>. Acesso em: 5 maio 2024.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LORIS, Antônio Augusto Rossotto. Desenvolvimento, ambiente e agricultura capitalista: uma reflexão crítica e necessária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 25, n.64, p.8-17, set./dez, 2022. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9711>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, v. 11, p. 265–299, 2005.

DOI: [https://doi.org/10.1016/S1057-1922\(05\)11010-5](https://doi.org/10.1016/S1057-1922(05)11010-5)

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agriculture and Human Values**, n. 26, p. 281–295, 2009.

DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9218-5>

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. São Paulo/Porto Alegre: Unesp/UFRGS, 2016.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Kenneth. Thompson. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

OTERO, Gerardo. El régimen alimentario neoliberal y su crisis: estado, agroempresas multinacionales y biotecnología. **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n.17, p. 49-78, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.7440/antipoda17.2013.04>

PATEL, Raj. **Stuffed and Starved**: The Hidden Battle for the World Food System. New York: Melville House Publishing, 2008.

PATEL, Raj. **O valor de nada**: por que tudo custa mais caro do que pensamos. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PERKINS, John H. Hunger, Overpopulation, and national security a new strategic theory for plant breeding, 1945-1956. In: PERKINS, John H. **Geopolitics and the green revolution**: wheat, genes, and the Cold War. New York: Oxford University Press, 1997. p.118-148. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780195110135.003.0009>

SANTOS, Maureen; GLASS Verena. **Altas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SOMMERVILLE, Melanie; ESSEX, Jame; LE BILLON, Philippe. The ‘global food crisis’ and the Geopolitics of Food Security. **Geopolitics**, v. 19, n. 2, p. 239-265, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2013.811641>

VIEIRA, Pedro Abel; CONTINI, Elisio; HENZ, Gilmar Paulo; NOGUEIRA, Virgínia Gomes de Caldas. **Geopolítica do alimento**: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade. Brasília, DF: Embrapa, 2019.

Recebido em 27/05/2024. Aceito para publicação em 27/08/2024.